



Balanço & Perspectivas



UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO 2020

O ano de 2020 foi único e sem precedentes, o que torna o comparativo entre as expectativas que se tinha no final de 2019 com o realizado em 2020 uma tarefa de pouca utilidade prática. A **economia mundial** sofreu uma crise profunda por conta da necessidade de distanciamento social para diminuir a taxa de contágio do coronavírus: a queda no PIB global será de 4,4% e estima-se que 90% das economias entraram em recessão. Essa crise se tratou de um choque negativo na oferta, uma vez que a produção de bens e serviços teve de ser paralisada, causando um efeito dominó que derrubou a demanda, o preço dos ativos, e os investimentos.

Em função disso, as economias enfrentaram uma parada abrupta e a contração na atividade no segundo trimestre do ano foi recorde. Esse movimento não se transformou numa espiral recessiva, pois também foram sem precedentes as medidas de auxílio governamental que lançaram mão de políticas fiscais e monetárias altamente expansionistas. O resultado foi uma retomada intensa no terceiro trimestre do ano. Porém, surgiram diversos desequilíbrios e heranças ruins desse processo, entre eles a dessincronização das cadeias produtivas, a inflação dos produtos básicos, a escalada da taxa de desemprego, e a elevação no endividamento do setor público.

O roteiro para a **economia brasileira** não foi muito diferente: contração recorde de -11,0% do PIB no primeiro semestre de 2020, seguida de uma retomada intensa no terceiro trimestre, 7,7%. Esse processo de parada e retomada rápida aconteceu em função de dois fatores: a reabertura das atividades, em especial comércio e serviços, e estímulos fiscais.

Em termos de estímulos, o Brasil foi um dos que mais proveu recursos em comparação com os demais países emergentes. O déficit primário em 2020 será equivalente a 12,4% do PIB, bem acima do inicialmente projetado para esse ano (2,1%), resultado de uma injeção sem precedentes de recursos na economia. O governo optou por desembolsar o equivalente a 10% do PIB, tendo como custo o aumento da dívida, que atingirá 93,5% do PIB ao final de 2020. Essas medidas evitaram que a recessão se tornasse uma depressão profunda, com grandes custos econômicos e sociais, mas deixaram um grande desafio para as finanças públicas nos próximos anos.

A expectativa no final do ano passado para a **Indústria** em 2020 apontava para a continuidade do processo de recuperação iniciado em 2017, que deixou para trás a maior recessão já registrada até então. Passados três anos, no final de 2019, a produção ainda estava longe da recuperação: a brasileira 14,7% e a gaúcha, 11,0% abaixo de 2013. O choque provocado pela pandemia jogou o setor em uma nova recessão de proporções históricas, superando as causadas pela greve dos caminhoneiros, pela grande recessão de 2014 a 2016 e pela crise global de 2008.

Todos os indicadores percorrem a mesma trajetória: início do ano positivo, quedas e níveis recordes entre março e maio e retomada intensa a partir de então, ainda que nem todos os segmentos tenham voltado aos patamares anteriores. Ainda que positivo, isso não significa a recomposição das perdas. O impacto da pandemia foi profundo e disseminado. Conforme mostram os dados do comparativo das notas fiscais eletrônicas, a perda real de faturamento da indústria de transformação gaúcha foi de R\$ 10,9 bilhões de janeiro a setembro em comparação com o mesmo período de 2019.

A recuperação poderia ter sido maior não fosse a falta de insumos e matérias-primas. A sincronização dos ciclos econômicos, em que grande parte das economias parou e retomou quase ao mesmo tempo, desencadeou um processo de escassez de insumos, matérias-primas, partes e peças. As cadeias de suprimentos também foram afetadas pelas restrições de trânsito entre os países. Esse desabastecimento levou ao aumento nos preços internacionais das *commodities*, em

especial as metálicas e alimentícias. Para o produtor brasileiro, o aumento de preços foi ainda potencializado pela desvalorização na taxa de câmbio. A maior parte dos insumos básicos, como as *commodities* metálicas e alimentícias, mesmo aquelas produzidas no Brasil, segue as cotações internacionais e tem o seu preço afetado pela variação cambial.

Os fatos impactaram a **taxa de inflação** ao consumidor, que apresentou três momentos distintos nesse ano. Antes da pandemia, os preços vinham com avanço bastante contido, refletindo a ociosidade da economia brasileira. Nos dois primeiros meses de pandemia, março e abril, houve deflação, resultado da mudança drástica dos hábitos de consumo, em especial a elevada incerteza – que freou o consumo de bens não essenciais – e da queda nos preços dos combustíveis. Na medida em que a atividade foi retomada e a economia começou a sentir os impactos do auxílio emergencial, os preços começaram a refletir o aumento dos custos dos alimentos e a escassez de alguns produtos. Muitos bens tiveram seus estoques desovados durante o período de isolamento ou nas primeiras semanas de reativação da economia e a retomada da produção não conseguiu suprir a demanda reprimida. Por exemplo, em outubro, 46,9% da Indústria do RS tinha dificuldades para atender seus clientes no País, sendo que para 59,4% isso era decorrência da falta de estoques. Ademais, 31,3% das indústrias tinham dificuldade de aumentar a produção e o grande entrave era a falta de insumos e/ou matérias-primas, problema que atinge 9 em cada 10 empresas gaúchas.

A perspectiva para 2021 mostra que a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, continuará em trajetória de alta até a metade do ano, quando, então, começará a ceder e chegará em 4,0% no final do período, nível um pouco acima do centro da meta de inflação (3,75%). Além da normalização das cadeias de suprimento, da taxa de câmbio mais valorizada e do menor volume de incentivos fiscais, o mercado de trabalho contribuirá para segurar a escalada dos preços.

A **taxa de desemprego**, que deve encerrar o ano de 2020 acima de 15%, conta com uma taxa de participação dos trabalhadores em idade ativa no mercado de trabalho muito baixa por conta das medidas de isolamento e dos auxílios do governo. No mercado formal, o Benefício Emergencial (suspensão de contratos e redução de jornada) contribuiu para a manutenção de empregos. Desde o início de abril, 19,8 milhões de acordos foram celebrados, abrangendo 9,8 milhões de trabalhadores e 1,5 milhão de empregadores. Para 2021, a expectativa é de geração de 716 mil vagas no Brasil e 56 mil no Rio Grande do Sul. Porém, a taxa de desemprego tende a aumentar em virtude da maior procura por trabalho, com a redução das medidas de isolamento.

O dilema da política monetária será adequar os juros à necessidade de financiamento de uma dívida extremamente elevada num cenário de grande fragilidade fiscal, ao mesmo tempo em que precisa fornecer estímulos para uma economia que opera com ociosidade recorde. A aprovação do Orçamento federal tende a ser o fator determinante para o Banco Central decidir por retomar o processo de elevação da **taxa de juros** ou não. Caso o Teto dos Gastos seja respeitado, teremos uma política fiscal menos expansionista, o que pode abrir espaço para uma política monetária mais ativa, ou seja, a Taxa Selic permanecerá baixa por mais tempo. A projeção é que a taxa básica de juros da economia brasileira atinja 3,00% no final de 2021.

Não podemos prever como será o desenrolar da pandemia nos próximos meses. Existem incertezas quanto à resposta dos governos a um segundo pico de contágio, a finalização e aprovação do uso da vacina e sua logística. Entretanto, para projetar o desempenho da economia em 2021 precisamos assumir a hipótese de que o Brasil e o Rio Grande do Sul não passarão por uma nova onda de fechamento das atividades comerciais, ainda que protocolos mais rígidos possam ser adotados por conta do aumento do número de casos.

A forte recessão em 2020 deixa como herança uma baixíssima base de comparação para os números de 2021. Portanto, apenas a hipótese de que as atividades estarão normalizadas em

março e abril do próximo ano já é o suficiente para que o País cresça a uma taxa superior à média recente.

As medidas de expansão fiscal atenuaram a crise em 2020 e não estarão presentes na mesma intensidade em 2021. O gasto público esse ano vai ser na ordem de R\$ 2 trilhões. Supondo que o Teto dos Gastos seja mantido em 2021, ou pelo menos as despesas não extrapolem muito o limite do teto, o gasto público cairá para cerca de R\$ 1,5 trilhão. Isso significa uma contração fiscal na ordem de 7% do PIB. A injeção de recursos na economia foi de tal ordem que o **PIB brasileiro cairá 4,0% em 2020**, menos do que as estimativas que se tinha no início da pandemia, mas a renda das famílias crescerá. Portanto, para 2021, esse efeito não estará presente. **A previsão de crescimento para a economia brasileira em 2021 é de 3,2%.**

A **economia gaúcha** contou com um ingrediente a mais, dado que nesse ano a produção agrícola sofreu os efeitos de uma estiagem, que derrubou a produção de soja e milho. A queda mais intensa da agropecuária no Estado em comparação com o restante do país e os seus impactos nas cadeias ligadas ao agronegócio intensificarão a retração do PIB gaúcho. **A estimativa de contração do PIB do RS para 2020 é de 6,8%.**

Para 2021, além dos elementos que compõem o cenário nacional, leva-se em conta o prognóstico de crescimento intenso para a safra 2020/2021 do IBGE nas principais culturas do Estado. Dessa forma, tanto as perspectivas mais positivas para o setor primário, quanto o cenário de maior confiança devem dar suporte para a recuperação mais intensa do Estado. **O crescimento projetado para o RS em 2021 é de 4,0%**, insuficiente para recuperar as perdas de 2020.

Acesse o trabalho completo em:

www.fiergs.org.br/numeros-da-industria/balanco-economico-e-perspectivas



INTERNACIONAL

Produto Interno Bruto Real (% a.a.)			
	2019	2020	2021
MUNDO	2,8	-4,4	5,2
AVANÇADOS	1,7	-5,8	3,9
Estados Unidos	2,2	-4,3	3,1
Zona do euro	1,3	-8,3	5,2
Alemanha	0,6	-6,0	4,2
França	1,5	-9,8	6,0
Itália	0,3	-10,6	5,2
Espanha	2,0	-12,8	7,2
Japão	0,7	-5,3	2,3
Reino Unido	1,5	-9,8	5,9
Canadá	1,7	-7,1	5,2
Outros avançados	1,7	-5,5	4,3
EMERGENTES	3,7	-3,3	6,0
Ásia Emergente	5,5	-1,7	8,0
China	6,1	1,9	8,2
Índia	4,2	-10,3	8,8
Europa emergente	2,1	-4,6	3,9
Rússia	1,3	-4,1	2,8
América Latina e Caribe	0,0	-8,1	3,6
Brasil	1,4	-4,0*	3,2*
México	-0,3	-9,0	3,5
Argentina	-2,1	-11,8	3,7**
Oriente Médio e Norte da África	1,4	-4,1	3,0
África Subsaariana	3,2	-3,0	3,1
África do Sul	0,2	-8,0	3,0
Inflação (% a.a. – fim de período)			
	2019	2020	2021
MUNDO	3,5	3,2	3,4
AVANÇADOS	1,4	0,8	1,6
Estados Unidos	1,8	1,5	2,8
Zona do euro	1,2	0,4	0,9
Alemanha	1,3	0,5	1,1
França	1,3	0,5	1,1
Itália	0,6	0,1	0,6
Espanha	0,7	-0,2	0,8
Japão	0,5	-0,1	0,3
Reino Unido	1,8	0,8	1,2
Canadá	1,9	0,6	1,3
Outros avançados	1,4	0,5	1,2
EMERGENTES	5,1	5,0	4,7
Ásia Emergente	3,3	3,2	2,9
China	2,9	2,9	2,7
Índia	4,8	4,9	3,7
Europa emergente	6,6	5,2	5,2
Rússia	4,5	3,2	3,2
América Latina e Caribe	7,7	6,2	6,7
Brasil	3,7	2,7	2,9
México	3,6	3,4	3,3
Argentina	53,5	-	-
Oriente Médio e Norte da África	7,8	9,3	9,3
África Subsaariana	8,5	10,6	7,9

Fonte: FMI. * Previsão Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ** Previsão OECD.

Obs.: As projeções de inflação para a Argentina não foram reportadas pelo FMI, devido a problemas na base de comparação.

BRASIL

	2019	2020*	2021*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)**			
Agropecuária	0,6	2,5	2,5
Indústria	0,4	-4,0	4,2
Serviços	1,7	-4,5	3,0
Total	1,4	-4,0	3,2
Inflação (% a.a.)			
IGP-M	3,1	25,5	4,4
INPC	4,5	4,2	3,8
IPCA	4,3	4,3	4,0
Produção Física Industrial (% a.a.)			
Extrativa Mineral	-9,7	-1,9	3,0
Transformação	0,2	-5,9	5,7
Indústria Total¹	-1,1	-5,1	4,7
Empregos Gerados – Mercado Formal (mil vínculos)			
Agropecuária	13,0	39,7	11,9
Indústria	97,2	98,5	132,1
Indústria de Transformação	13,2	2,5	65,4
Construção	70,7	90,0	55,6
Extrativa e SIUP***	13,3	6,0	11,1
Serviços	533,8	-280,0	572,5
Total	644,1	-141,8	716,5
Taxa de desemprego (%)			
Fim do ano	11,0	15,6	15,8
Média do ano	11,9	13,9	16,5
Setor Externo (US\$ Bilhões)			
Exportações	225,4	211,9	243,6
Importações	177,3	145,4	181,8
Balança Comercial	48,0	66,4	61,9
Moeda e Juros (% a.a.)			
Meta da taxa Selic – Fim do ano	4,5	2,0	3,00
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ²	6,0	30,0	-11,0
Taxa de Câmbio – Final do período	4,10	5,35	4,75
Setor Público (% do PIB)			
Resultado Primário	-1,3	-12,4	-4,2
Juros Nominais	-4,3	-4,7	-3,9
Resultado Nominal	-5,5	-17,1	-8,1
Dívida Líquida do Setor Público	55,7	64,5	72,8
Dívida Bruta do Governo Geral	75,9	93,5	98,3

¹ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

² Variação em relação ao final do período anterior.

* Previsão Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS.

** O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado.

*** SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

RIO GRANDE DO SUL

	2019	2020*	2021*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)**			
Agropecuária	6,4	-26,4	20,0
Indústria	1,6	-6,5	4,5
Serviços	1,6	-4,1	1,5
Total	2,0	-6,8	4,0
Empregos Gerados – Mercado Formal (mil vínculos)			
Agropecuária	-0,1	-0,4	1,2
Indústria	-5,5	-1,0	16,4
Indústria de Transformação	-1,5	-2,5	11,1
Construção	-4,0	1,8	4,4
Extrativa e SIUP***	0,0	-0,3	0,9
Serviços	26,0	-34,0	38,6
Total	20,4	-35,4	56,2
Taxa de desemprego (%)			
Fim do ano	7,1	11,0	11,2
Média do ano	8,1	9,8	11,6
Balança Comercial (US\$ Bilhões)			
Exportações	18,3	14,3	17,2
Industriais	13,6	10,4	13,0
Importações	9,5	6,7	7,6
Saldo Comercial	8,8	7,6	9,5
Setor Público (R\$ Bilhões)			
ICMS	35,7	38,0	40,6
Indicadores Industriais (% a.a.)			
Faturamento real	3,0	-5,8	6,6
Compras	-1,0	-7,2	8,2
Utilização da capacidade instalada	0,0	-1,8	3,2
Massa salarial	-0,8	-9,0	5,0
Emprego	0,7	-6,0	2,6
Horas trabalhadas na produção	-2,7	-9,6	10,4
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	0,1	-6,1	6,2
Produção Industrial¹ (% a.a.)			
	2,5	-6,9	6,3

¹ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

* Previsão Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS.

** O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado.

*** SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.